

PARAGUAI: GOLPE OU VOTO DE DESCONFIANÇA?¹

Paraguay: Coup d'etat or vote of distrust?

Mariana LLano²

Detlef Nolte³

Cordula Tibi Weber⁴

INTRODUÇÃO

Em 22 de junho, o presidente do Paraguai, Fernando Lugo, foi afastado do cargo pelo Parlamento. Enquanto o Mercosul e a UNASUL interpretaram o afastamento como golpe e suspenderam o Paraguai, a Organização dos Estados Americanos julgou não haver motivo para suspensão.

¹ LLANOS, Mariana; NOLTE, Detlef; TIBI WEBER, Cordula. Paraguay: Staatsreich oder "Misstrauensvotum"? *Giga Lateinamerika*, Nummer 8, 2012. Tradução realizada com a permissão dos autores por Cíntia Vieira Souto (UFRGS). Disponível em: http://www.giga-hamburg.de/dl/download.php?d=/content/publikationen/pdf/gf_lateinamerika_1208.pdf

² A Dra. Mariana Llanos é pesquisadora do instituto GIGA - Instituto de Estudos Latino-Americanos e porta voz do grupo de pesquisa "Direito e Política" no Programa de Investigação GiGA 1 "Legitimidade e Eficiência nos sistemas políticos". Suas pesquisas se concentram em instituições políticas, presidencialismo e separação dos poderes. Ela lidera um projeto comparativo sobre "(In) dependência do Poder Judiciário nas novas democracias". E-Mail: mariana.llanos@giga-hamburg.de, Website: <http://staff.giga-hamburg.de/llanos>

³ O Professor Dr. Detlef Nolte é presidente em exercício do GIGA e atualmente em licença da função de diretor do GIGA Instituto de Estudos Latino-Americanos. Ele é presidente da Associação Alemã para Estudos Latino-Americanos (ADLAF). Suas áreas de interesse incluem política, instituições, cooperação regional e integração na América Latina. E-Mail: detlef.nolte@giga-hamburg.de, Website: <http://staff.giga-hamburg.de/nolte>

⁴ Cordula Tibi Weber é pesquisadora do GIGA Instituto de Estudos Latino-Americanos e integra o projeto "(In)dependência do Poder Judiciário nas novas democracias" para os casos do Chile e do Paraguai. E-Mail: cordula.tibi_weber@giga-hamburg.de, Website: <http://staff.giga-hamburg.de/weber>

ANÁLISE

A evolução dos acontecimentos no Paraguai reflete menos a crise das instituições democráticas do que uma crescente autoconfiança dos parlamentos latino-americanos no enfrentamento dos conflitos políticos. No caso do Paraguai, foi quebrada a precária aliança de partidos muito diferentes que geriam os conflitos políticos da agenda de reformas do presidente.

- O Paraguai demonstra o cenário clássico para um impeachment presidencial: um presidente sem maioria parlamentar, um vice-presidente de outro partido de coalizão e um escândalo político com vítimas. Em contrapartida, o processo de mobilização popular não desempenhou nenhum papel.

- Processos de impeachment não têm sido avaliados como golpes de Estado. Nas democracias presidenciais, eles podem ser utilizados como um “voto de desconfiança” do parlamento o que sugere na América Latina uma tendência à “parlamentarização”. Na prática isso significa que dificilmente presidentes conseguem sobreviver sem maioria parlamentar e que podem ser derrubados pelo parlamento.

- Inusitado e digno de crítica foi a urgência do procedimento para a remoção do presidente, mas ele não atentou contra a Constituição. Não foi a má conduta do presidente o que conduziu à destituição de Lugo, mas a falta de apoio do parlamento a sua política e à condução do governo.

- As diferentes reações ao impeachment do presidente do Paraguai na região revelam um deslocamento de poder da OEA para as alianças latino-americanas, UNASUL e Mercosul. Por outro lado, elas são também uma expressão dos interesses geopolíticos e geoeconômicos de cada país.

CRÔNICA DE UM IMPEACHMENT ANUNCIADO

O gatilho para o processo de impeachment, que resultou no afastamento do presidente Fernando Lugo no Paraguai, foi a desocupação pela polícia de um assentamento de *carperos* (sem terra) nas imediações da cidade de Curuguaty, no sudeste do país. Nessa ocasião, em 15 de junho, morreram onze agricultores e seis policiais, e mais de 80 pessoas ficaram feridas. O presidente Fernando Lugo lamentou o

incidente e substituiu o ministro do Interior e o Chefe de Polícia por membros da conservadora Associação Nacional Republicana – partido Colorado (ANR-PC), o partido mais forte de oposição. Os dois parceiros de coalizão de Lugo – a frente Guasu, de esquerda, e o conservador Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA) criticaram essas escolhas. A precária aliança se rompeu. Os Liberais uniram-se aos Colorados e pediram que o presidente fosse destituído. Em 21 de junho de 2012, a Câmara dos Deputados decidiu com 76 votos a favor e um contra pela abertura do processo. No dia seguinte, o Senado decidiu. O presidente Lugo teve então apenas duas horas para se defender contra as acusações. Também no Senado manifestou-se uma nítida maioria de 39 a quatro pela destituição. Assim, o presidente Lugo, menos de um ano antes das próximas eleições presidenciais, marcadas para abril de 2013, foi afastado. Logo após, o vice-presidente Frederico Franco do Partido Liberal foi empossado.

Na Constituição do Paraguai, as razões para um processo de impeachment são formuladas de forma muito geral. São, entre outras, má gestão, má conduta ou delitos comuns (Artigo 225, Constituição do Paraguai, 1992). O início do processo requer uma maioria de dois terços na Câmara dos Deputados. Subsequentemente, decide o Senado, - igualmente com maioria de dois terços – com base nos dados da outra casa a respeito das acusações. Fernando Lugo foi acusado de cinco crimes. Uma acusação era de que ele não apoiava a polícia na luta contra a ocupação de terras. Assim, ele foi acusado de cumplicidade com os invasores e considerado diretamente responsável pelo massacre de Curuguaty. Em seguida, o acusaram de ter ligações com o grupo guerrilheiro *Ejercito del Pueblo Paraguayo*, em atividade no nordeste do país. Não foram apresentadas provas, nem são elas necessárias de acordo com a lei paraguaia, pois se tratam “de fatos de conhecimento geral no país”, de acordo com os deputados (H. Cámara de Diputados Paraguay 2012, punto 3).

Fernando Lugo, num primeiro momento, aceitou a decisão, pois desejava impedir uma explosão de violência como a que ocorreu março de 1999, após o assassinato do vice-presidente Luis-Maria Argaña. Os protestos contra seu impeachment foram numericamente modestos e limitados à capital. Porta-vozes da Frente Guasu falavam em golpe de Estado. Fernando Lugo mudou de posição, quando,

apenas três dias após seu afastamento, alguns ex-ministros se reuniram e formaram um gabinete paralelo. Sua queixa de inconstitucionalidade para o Supremo Tribunal de que seu direito ao devido processo legal fora violado, foi indeferida. O argumento foi que um processo de impeachment não é um processo judicial, mas um processo político, não estando, portanto, sujeito às mesmas regras. Alega-se ainda que o impeachment já fora concluído e que o Poder Judiciário não poderia intervir em um processo político encerrado.

Os eventos no Paraguai apresentam uma lição sobre o tipo de conflito inerente ao funcionamento das democracias presidenciais. Os conflitos são inevitáveis quando o presidente não dispõe de maioria no parlamento. Antes mesmo da eleição de 2008, estava claro que a aliança de esquerda pela qual Fernando Lugo concorreu, não obteria uma maioria suficiente no Congresso. Assim, uma coligação com o Partido Liberal (PLRA) foi forjada, de modo que estes receberam o posto de vice-presidente. O PRLA foi, de longe, o mais forte grupo parlamentar na coalizão de governo. O presidente ganhou a eleição presidencial com 41% dos votos, sendo que os partidos da coalizão obtiveram apenas 31 assentos de 80 na Câmara dos Deputados e 17, de 45 no Senado. O presidente foi, portanto, obrigado, para projetos de lei específicos, a realizar alianças *ad hoc* com partidos de oposição, inclusive com o Partido Colorado. Ao mesmo tempo, ocorreram muitos conflitos no interior da aliança. A relação do presidente com o vice foi tensa desde o início. Além disso, os Liberais e os Colorados são considerados partidos de massa clientelistas, que, ao contrário do presidente Lugo e sua aliança, não colocam em questão o status quo social. Por isso, a distância de Lugo dos outros partidos era grande e sua base de apoio precária. A oposição realizava muitas vezes uma política de bloqueio, negando êxito ao governo e recusando os recursos necessários para as reformas. Mesmo a introdução do imposto de renda exigida pelos organismos financeiros internacionais foi bloqueada para o mandato do presidente Fernando Lugo⁵. O governo de coalizão foi permanentemente ameaçado pelos conflitos com a oposição e

⁵ No dia 5 de julho de 2012, o Senado paraguaio aprovou por 38 votos a 1 a lei que institui o imposto de renda pessoal no Paraguai. O projeto fora aprovado na Câmara durante o governo Lugo, mas se encontrava bloqueado pelo Senado. Nota da tradutora.

setores dentro de suas próprias fileiras, assim como pelas diferenças entre o presidente e o vice. Foram feitas diversas demandas pro impeachment no congresso, como, por exemplo, em outubro de 2010, depois da Câmara dos Deputados rejeitar por unanimidade novas nomeações para postos administrativos no exército. A espada de Dâmocles do impeachment acompanhou a presidência de Lugo desde o início.

Um dos conflitos centrais entre os atores políticos do Paraguai é a questão da terra. Fernando Lugo prometera modificar a injusta distribuição da terra, promessa que não foi cumprida devido à falta de apoio no congresso. Em março de 2012, estava iminente um conflito a respeito do acesso à terra, exatamente nas terras do maior produtor de soja do Paraguai (Tranquilo Favero), ocupadas por 10 mil carperos. Apesar do bloqueio do congresso, o presidente foi, de todos os lados, acusado de inação. O governo ofereceu, então, aos sem terra, terras no Parque Nacional de Ñacunday, o que produziu protestos de grupos ambientalistas e incompreensão por parte da oligarquia do país. O conflito em Curuguaty deu-se em um momento no qual o apoio social ao presidente recuava não somente no parlamento, mas também nos movimentos sociais. Ao mesmo tempo, não foi possível resolver os conflitos com os outros partidos por meio de atribuições de cargos políticos num período relativamente curto antes das novas eleições em abril de 2013. Lugo não pode se candidatar novamente. Os outros partidos dirigem suas decisões estratégicas para as próximas eleições e para os processos de escolha intrapartidários.

GOLPE, GOLPE INSTITUCIONAL OU VOTO DE DESCONFIANÇA?

As reações internacionais ao impeachment do presidente Lugo foram, em sua maioria, muito críticas. Poucas horas após o encerramento do processo, a presidente da Argentina, Cristina Kirchner avaliou o ocorrido como um "golpe de Estado" e esclareceu que não reconheceria o novo governo liderado pelo ex-vice-presidente Frederico Franco. Esse procedimento foi considerado inaceitável em uma região na qual "semelhantes situações antidemocráticas e dirigidas contra as instituições foram definitivamente superadas" (La Nación, 23 de junho de 2012). Outros líderes da região concordaram com essa postura. A presidente do Brasil, Dilma Roussef, disse ter sido o

procedimento contrário aos princípios de democracia e que o Paraguai deve enfrentar sanções. O presidente venezuelano Hugo Chavez falou em um golpe da "burguesia paraguaia". Ele anunciou, assim como seu colega do Equador Rafael Correa, não reconhecer o novo governo de Frederico Franco. A Argentina e os outros países sem demora chamaram seus Embaixadores de volta.

A definição apressada dos acontecimentos no Paraguai como um golpe por parte dos países vizinhos foi rapidamente assumida pela imprensa e pelo público em geral. Um "Putsch", ou seja, um golpe de estado designa tradicionalmente as intervenções dos militares na política na região. Ainda que o uso desse termo fosse relativizado mais tarde pela falta de envolvimento de militares, a maioria dos analistas continua falando de um "golpe institucional". Outros experimentaram novos conceitos, por exemplo, golpe benévolo, como uma variante de uma nova tendência de neogolpismo. Esse tipo de golpe é menos violento, é realizado por civis, preserva a fachada institucional e não depende necessariamente de apoio externo (dos Estados Unidos). O objetivo consiste em resolver uma situação de bloqueio, potencialmente desastrosa política e socialmente para o país (Tokatlian, em: La Nación, 24 de junho de 2012).

O uso da palavra golpe está ligado à noção de uma violação à Constituição, o que pode ter como consequência sanções internacionais. Um impeachment - como no caso do Paraguai - consiste, de fato, em outra coisa: não há ruptura com a Constituição, mas normalmente é no sistema presidencialista o único mecanismo para o encerramento antecipado do mandato de um presidente. Ao mesmo tempo, trata-se de um processo político e não jurídico. Numa democracia presidencial, ambos os ramos do governo - presidente e congresso - são igualmente legitimados pela eleição direta. De acordo com uma formulação do cientista político Juan Linz, as democracias presidenciais são sistemas "duplamente legitimados" no qual o conflito entre dois poderes faz parte do desenho institucional, e o impeachment é o último recurso para resolver os conflitos e bloqueios entre eles (Linz, 1990).

Portanto surge a questão, por que um processo institucional ancorado na Constituição é considerado um "golpe" contra um governo democrático. Fernando Lugo não foi o primeiro presidente na América Latina a ser destituído do cargo desde o início

da terceira onda de democratização: Os presidentes Carlos Andrés Pérez (Venezuela), Raúl Cubas (Paraguai) e Fernando Collor de Melo (Brasil) foram também dessa forma afastados (veja a tabela 1). Nenhum desses casos foi denominado de "grande fraude com disfarce legalista" (Rafael Correa) ou "golpe da burguesia" (Hugo Chávez). Os processos, que muitas vezes foram precedidos de mobilizações e demonstrações de massa, foram considerados como resultado de sérios conflitos institucionais, nos quais o parlamento conseguiu reunir os votos necessários para o impeachment do presidente.

O presidente Lugo foi deposto quase por unanimidade. E mesmo tendo o impeachment ocorrido de forma sumária, produzido mais por diferenças políticas do que por má conduta administrativa, não se justifica, do nosso ponto de vista, falar em "golpe de estado" ou de violação da Constituição. Essa acusação está baseada em um mal-entendido fundamental: a confusão entre processo político e jurídico. Processos de impeachment são comparáveis antes ao "voto de desconfiança" no sistema parlamentar do que a uma violação ao direito estabelecido (no caso, a Constituição). O êxito do processo depende menos do teor da acusação do que da proporção da maioria que os partidos dispõem. O resultado da votação no Paraguai não se modificaria com vários dias de discussão. No entanto - e esse foi seguramente o motivo para a pressa - era possível que ocorressem manifestações a favor ou contra o presidente.

Um segundo argumento contra o "golpe de estado" é o fato de que o processo de impeachment contra Lugo seguiu as diretrizes constitucionais de forma mais precisa do que casos semelhantes na região. O afastamento ocorreu em apenas três de quinze casos na forma de um processo de impeachment normal; muitas vezes o presidente se afasta antes por meio de uma renúncia (tabela 1). Alguns parlamentos utilizam criativamente outros instrumentos constitucionais para contornar um quórum alto para um impeachment e obter o mesmo resultado com uma maioria simples. Em muitos países, isso levou a situações complexas e ambíguas do ponto de vista constitucional, mas em nenhum lugar ocorreu colapso da ordem democrática. Depois de um curto momento de crise, a vida política se normalizou. Isso diferencia as democracias atuais da América Latina do seu passado. Naquele tempo, a queda do presidente conduzia, via de regra, ao

colapso da ordem democrática. O Paraguai irá, muito provavelmente, o mais tardar com as eleições de abril de 2013, retornar à normalidade.

TABELA 1: FINAIS DE MANDATOS PRESIDENCIAIS PREMATUROS NA AMÉRICA LATINA (1983-2012)

País	Presidente	Ano da eleição *	Fim do Mandato	Motivo para o fim prematuro do mandato
Argentina	Raúl Alfonsín	1983	Junho de 1989	Demissão
	Fernando de la Rúa	1999	Dezembro de 2001	Demissão
Bolívia	Hernán Siles Zuazo	1982	Julho de 1985	Demissão e eleições antecipadas
	Gonzalo Sánchez de Lozada	2002	Outubro de 2003	Demissão
	Carlos Mesa	2003	Junho de 2005	Voto de desconfiança e demissão
Brasil	Fernando Collor de Melo	1990	Novembro de 1992	Processo de impeachment e demissão
República Dominicana	Joaquín Balaguer	(1986) 1990	Agosto 1994/1996	Demissão e eleições antecipadas
Equador	Abdalá Bucaram	1996	Fevereiro de 1997	Alegação de insanidade mental
	Jamil Mahuad	1998	Janeiro de 2000	Golpe de estado e renúncia
	Lucio Gutiérrez	2002	Abril de 2005	Alegação de renúncia
Guatemala	Jorge Serrano	1989/19	Maió/Junho	Demissão

	Elías	90	1993	
Honduras	Manuel Zelaya	2006	Junho de 2009	Golpe de estado e afastamento
Paraguai	Raúl Cubas	1998	Março de 1999	Processo de impeachment e demissão
Peru	Alberto Fujimori	(1990) 2000	Setembro de 2000	Demissão e alegação de renúncia

*O ano entre parênteses corresponde ao primeiro mandato em caso de presidentes reeleitos. O fim prematuro de uma presidência por morte ou doença, assim como de presidentes interinos, que não eram vice-presidentes e não foram eleitos pelo povo não foram considerados na tabela.

Fonte: alguns dados se baseiam em Llanos e Marsteintredet (2010).

DOUBLE STANDARDS: A DIMENSÃO INTERNACIONAL DA CRISE DO PARAGUAI

Os estados membros das alianças regionais sul-americanas, Mercosul e UNASUL, reagiram rapidamente aos acontecimentos no Paraguai. Na véspera da votação no Senado os Ministros das Relações Exteriores dos membros da UNASUL viajaram para Assunção para expressar sua preocupação com a evolução dos fatos e impedir um afastamento precipitado do presidente Lugo. A principal crítica não era o processo de impeachment em si - embora ele individualmente também tenha sido posto em questão pelos presidentes sul-americanos. Muitos objetaram que Lugo não teve tempo para a defesa contra as acusações feitas e não teve um julgamento justo. Isso foi interpretado como ruptura contra a ordem democrática e como violação a cláusula democrática da UNASUL e Mercosul. Com base nisso, foram impostas sanções. Em uma reunião conjunta da UNASUL e do Mercosul, em 29 de junho de 2012, em Mendoza (Argentina), o Paraguai foi destituído de sua condição de sócio pelos órgãos decisórios de ambas as organizações. A presidência temporária da UNASUL foi transferida, antes do tempo, do governo paraguaio para o peruano. A UNASUL estabeleceu também uma comissão para observar a evolução no Paraguai. Ao mesmo

tempo, a suspensão do Paraguai serviu para ratificar a adesão da Venezuela ao Mercosul, que o senado paraguaio não havia aprovado ainda.

Os motivos para a postura dos vizinhos são complexos:

1. A América do Sul tem se esforçado para se apresentar como capaz e coerente na defesa da democracia para distanciar-se da reação da OEA ao afastamento do presidente Zelaya em Honduras (2009).
2. Os governos de esquerda da Bolívia, Equador e Venezuela desejavam mostrar solidariedade para com um presidente ideologicamente próximo e enviar um sinal claro de que tais desenvolvimentos não serão aceitos. Para a presidente da Argentina, a crise desempenhou um papel, pois seu apoio político está se desintegrando e ela desejava pousar de campeã da democracia.
3. A reação do governo brasileiro ao afastamento do presidente Lugo pode ser interpretada como a articulação de uma nova compreensão da liderança brasileira sobre a região (Stuenkel, 2012). O governo brasileiro foi surpreendido pelo desenvolvimento dos fatos no Paraguai e discordou da decisão do parlamento paraguaio. Com a concordância com a suspensão do Paraguai da UNASUL e do Mercosul, a presidente Dilma Roussef manifestou a sua desaprovação. No final, contudo, o Brasil assumiu uma posição intermediária: não houve imposição de sanções adicionais.
4. Governos moderados como o uruguaio, o chileno e o colombiano não desejavam aparecer como defensores de uma mudança de poder controversa no Paraguai. O governo chileno vê-se obrigado à discrição, pois está na presidência da Comunidade de Estados Latino Americanos e caribenhos (CELAC) e prepara a Cúpula União Europeia - América Latina em Santiago em janeiro de 2013.
5. Não menos importante, a simpatia geral dos presidentes sul americanos, para um presidente que não foi destituído pelos delitos políticos, mas pelas táticas partidárias, também desempenhou importante papel.

O ingresso da Venezuela no Mercosul, aproveitando a suspensão do Paraguai, foi motivado principalmente por interesses econômicos dos países membros. A adesão formal ocorreu em 2006, mas nem todos os parlamentos a ratificaram. É compreensível

algum ressentimento dos outros países membros que há muito ratificaram o ingresso da Venezuela no Mercosul em relação ao bloqueio do senado paraguaio, que se devia à política interna. Contudo, o processo de adesão parece estranho. Após, inicialmente os países do Mercosul terem decidido pela exclusão do Paraguai com base em críticas relativamente rígidas ao processo de impeachment, a adesão da Venezuela ocorreu em condições legais questionáveis. A Venezuela é considerada um mercado de consumo interessante e um importante fornecedor de petróleo. Na visão da presidente do Brasil, Dilma Roussef, a adesão da Venezuela melhora a posição geopolítica e geoeconômica do Mercosul. Sobretudo a economia brasileira, mas também os produtos agrícolas argentinos podem se beneficiar de um acesso mais fácil ao mercado venezuelano. Certamente não é por acaso que durante a cúpula de adesão, a Venezuela firmou contratos para a compra de 20 aeronaves civis brasileiras (Embraer E-190) em um valor total de mais de 900 milhões de dólares e estabeleceu uma cooperação mais estreita (aliança estratégica) entre a companhia petrolífera estatal venezuelana PDVSA e a argentina YPF.

Ao mesmo tempo, pode se observar que, enquanto alguns governos brandiram contra o governo do Paraguai os estandartes da democracia, nem sempre seguiram exatamente as regras estabelecidas. Isso se aplica à utilização de recursos estatais em campanha eleitoral, como na Venezuela, e também à repressão dos meios de comunicação, como no Equador. Governos que são sempre avessos à crítica, se intrometem, sem cerimônia, nos assuntos internos do Paraguai. Dois dos principais críticos do impeachment do presidente Lugo, Hugo Chavez e Rafael Correa, poucos dias antes da decisão contra o Paraguai, estenderam o tapete vermelho para o ditador bielorrusso Lukashenko e assinaram com ele uma série de acordos de cooperação. Será interessante observar, quais os critérios democráticos que serão estabelecidos pelas comissões de observação das futuras eleições da UNASUL, como na Venezuela.

Independente de como se julga a decisão da UNASUL, trata-se de mais um passo em direção ao declínio da OEA na América do Sul. Enquanto a UNASUL rapidamente - dentro de uma semana - reagiu à crise do Paraguai e tomou uma decisão, levou mais de duas semanas até que uma Comissão da OEA viesse para avaliar a

situação e por meio do Secretário Geral, José Miguel Insulza, manifestar-se, com o apoio dos Estados Unidos, contra a suspensão do Paraguai. O Paraguai será acompanhado na preparação das eleições de abril de 2013 por uma comissão de observação, que, ao mesmo tempo, promoverá o diálogo político e informará regularmente à OEA sobre a situação no país. Isso não tem efeito sobre as decisões da UNASUL e do Mercosul. A UNASUL mais uma vez demonstrou ter mais autoridade para interpretar a evolução política na América do Sul. E novamente foi demonstrada a perda de influência dos Estados Unidos na região.

CONCLUSÃO

As consequências do afastamento do presidente Lugo para a democracia paraguaia não podem ser ainda avaliadas. O mais importante é que no momento não há nenhuma evidência do comprometimento das eleições de abril de 2013, cuja organização a comunidade internacional certamente observará com cuidado. Evidentemente, parece que a política paraguaia sofrerá um deslocamento para a direita, uma vez que os conservadores ganharam a disputa pelo poder. Contudo, também é possível que permaneça a herança de Lugo na modernização da agenda política. Durante seu governo, questões como a distribuição desigual de terra, que antes não eram objeto de debate político, foram tornadas públicas.

No caso concreto parece que o Paraguai continua a tendência da região, como observou Perez-Liñan (2005), de que na terceira onda de democratização os presidentes são os perdedores, quando duas forças políticas - presidente e congresso - se encontram em um impasse interinstitucional.

REFERÊNCIAS

BTI TRANSFORMATION INDEX (2012). **Country Report Paraguay**. Disponível em: www.bti-project.de/fileadmin/Inhalte/reports/2012/pdf/BTI%202012%20Paraguay.pdf. Acesso em: 14/08/2012

H. CÁMARA DE DIPUTADOS PARAGUAY (2012). **Resolución H. Cámara de Diputados N°1431/2012**. Disponível em: www.ultimahora.com/adjuntos/imagenes/000/432/0000432478.pdf. Acesso em: 08/08/2012.

LINZ, Juan J (1990). The Perils of Presidentialism. **Journal of Democracy**, vol. 1, número1, p. 51-69, 1990.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal (2007). **Presidential Impeachment and the New Political Instability in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal (2005) . Democratization and Constitutional Crises in Presidential Regimes: Towards Congressional Supremacy? **Comparative Political Studies**, vol. 38, p. 51-74, 2005.

STUENKEL, Oliver (2012). **Brazil's Paraguay problem**. Disponível em: www.postwesternworld.com/2012/06/25/brazils-paraguay-problem/ Acesso em: 14/08/2012

Artigo recebido dia 10 de outubro de 2012. Aprovado em 20 de outubro de 2012.

RESUMO

O presente artigo analisa a natureza dos eventos políticos que ocorreram no Paraguai em junho de 2012, bem como suas implicações para o futuro do país. Avalia também a posição dos países vizinhos, do Mercosul, UNASUL e OEA frente à crise política paraguaia.

PALAVRAS-CHAVE

Paraguai, golpe, voto de desconfiança.

ABSTRACT

This article analyzes the political events that occurred in Paraguay in June 2012 as well as its implications for the future of the country. It also evaluates the position of neighboring countries, MERCOSUR, UNASUR and OAS over the Paraguayan political crisis.

KEYWORDS

Paraguay, coup d'etat, vote of distrust.